

**Comissão de Orçamento e Finanças**

**ATA NÚMERO 69/XV/ 1.ª SL**

Aos 04 dias do mês de janeiro de 2023, pelas 11:05 horas, reuniu a Comissão De Orçamento E Finanças, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Aprovação das atas n.º 64 a 67;**
2. **Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 380/XV/1.ª \(PSD\)](#) – Revisão do Regime SIFIDE II para eliminação de abusos e incentivo ao verdadeiro investimento para investigação, desenvolvimento, inovação tecnológica e transição energética;  
Relator: Deputado Carlos Pereira (PS)**
3. **Discussão e votação do parecer da [Proposta de Lei n.º 35/XV/1.ª \(GOV\)](#) – Altera o regime de um conjunto de benefícios fiscais;  
Relatora: Deputada Carla Castro (IL)**
4. **Apreciação da Nota de Admissibilidade e nomeação de relator da [Petição n.º 73/XV/1.ª](#) — Por um Estatuto de Benefícios Fiscais Laico;  
Cabe ao GP PS**
5. **Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 422/XV/1.ª \(BE\)](#) – Elimina os benefícios fiscais atribuídos no âmbito do SIFIDE a fundos de investimento e contribuições para fundos de investimento e capital de risco, ou na aquisição de participações sociais;  
Cabe ao GP PSD  
(6.ª CEOPPH - em conexão)**
6. **Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 424/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Cria incentivos ao investimento empresarial na sustentabilidade ambiental, procedendo à alteração do Código Fiscal do Investimento e do Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de janeiro;  
Cabe ao GP PS**

Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 69/XV/ 1.ª SL

7. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 431/XV/1.ª \(PCP\)](#) – Extingue o SIFIDE e atribui os respetivos recursos financeiros a políticas de investigação e desenvolvimento (I&D), procedendo à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro; Cabe ao GP PSD
8. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 434/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Procede à criação de mecanismos de transparência relativamente às taxas cobradas no âmbito estadual e das autarquias locais, e assegura a avaliação técnica independente das contrapartidas associadas à cobrança de cada uma das taxas existentes no âmbito estadual; Cabe ao GP PS (13.ª CAPOTPL em conexão)
9. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 435/XV/1.ª \(CH\)](#) – Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 9/2021, de 29 de janeiro (Aprova o Regime Jurídico das Contraordenações Económicas), densificando o regime de recolha de meios de prova; Cabe ao GP PS (1.ª CACDLG em conexão)
10. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 436/XV/1.ª \(CH\)](#) – Isenta de IVA os bens alimentares essenciais; Cabe ao GP PSD
11. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 449/XV/1.ª \(BE\)](#) – Estabelece a amnistia pelo incumprimento de pagamento de taxas de portagens; Cabe ao GP CH
12. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 415/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Aprova um regime excecional de endividamento municipal aplicável às despesas destinadas a fazer face aos prejuízos causados pelas situações de cheia ocorridas em dezembro de 2022;

Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 69/XV/ 1.ª SL

Cabe ao GP PS  
(13.ª CAPOTPL em conexão)

13. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 439/XV/1.ª \(CH\)](#) –  
Altera o Código Fiscal do Investimento, procedendo à revisão do sistema  
de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial;  
Cabe ao GP PS

14. Deliberação sobre emissão de parecer do [Projeto de Lei n.º 427/XV/1.ª \(IL\)](#)  
– Altera o valor das coimas aplicáveis por contraordenações relacionadas  
às transgressões ocorridas em matéria de infraestruturas rodoviárias onde  
seja devido o pagamento de taxas de portagens (Nona alteração à Lei n.º  
25/2006, de 30 de junho, que aprova o regime sancionatório aplicável às  
transgressões ocorridas em matéria de infraestruturas rodoviárias onde  
seja devido o pagamento de taxas de portagem);  
Cabe ao GP PSD  
(6.ª CEOPPH - Comissão competente)

15. Deliberação sobre emissão de parecer do [Projeto de Lei n.º 443/XV/1.ª \(L\)](#) –  
Introduz medidas promotoras de transparência na informação pré-  
contratual relativa à comercialização à distância de serviços financeiros;  
Cabe ao GP PCP  
(6.ª CEOPPH - Comissão competente)

16. Deliberação sobre emissão de parecer do [Projeto de Lei n.º 450/XV/1.ª \(BE\)](#)  
– Altera a competência para a instrução de processos relativos ao não  
pagamento de taxas de portagem (décima alteração da Lei n.º 25/2006, de  
30 de junho, que aprova o regime sancionatório aplicável às transgressões  
ocorridas em matéria de infraestruturas rodoviárias onde seja devido o  
pagamento de taxas de portagem);  
Cabe ao DURP PAN  
(6.ª CEOPPH - Comissão competente)

17. Deliberação sobre emissão de parecer do [Projeto de Lei n.º 452/XV/1.ª \(PCP\)](#) – Regime extraordinário de proteção da habitação própria face ao



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 69/XV/ 1.ª SL

aumento dos encargos com o crédito à habitação;  
Cabe ao GP do BE  
(6.ª CEOPPH - Comissão competente)

18. Deliberação sobre escrutínio de iniciativa europeia [COM\(2022\)721](#) – Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo às taxas e aos emolumentos cobrados pela Agência Europeia de Medicamentos, que altera o Regulamento (UE) 2017/745 do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga o Regulamento (CE) n.º 297/95 do Conselho e o Regulamento (UE) n.º 658/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho;  
Cabe ao GP PS
19. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP do CH para audição urgente, conjunta da 5.ª e 6.ª Comissão, do Ministro das Finanças, Fernando Medina, do Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Pedro Nuno Santos, da Secretária de Estado do Tesouro, Alexandra Reis e da CEO da TAP, Christine Widener;
20. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP do BE para audição urgente da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e do Senhor Ministro das Finanças;
21. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP do PSD para audição urgente, conjunta da 5.ª e 6.ª Comissão, da ex-administradora da TAP e ainda Secretária de Estado do Tesouro, Alexandra Reis, da Presidente da Comissão Executiva da TAP, Christine Ourmières-Widener, do Presidente do Conselho de Administração da TAP, Manuel Beja, do Ministro das Infraestruturas e Habitação, Pedro Nuno Santos e do Ministro das Finanças, Fernando Medina;
22. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP do PCP para audição urgente, conjunta com 6.ª Comissão, do Ministro das Finanças;

Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 69/XV/ 1.ª SL

23. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 418/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Possibilita a aplicação de IVA Zero à aquisição de bens alimentares essenciais durante o ano de 2023; Cabe ao GP PS
24. Designação de relator do parecer da [Proposta de Lei n.º 56/XV/1.ª \(GOV\)](#) – Estabelece o regime aplicável às start-ups e scaleups, altera o regime de tributação dos planos de opções para trabalhadores de start-ups e empresas do setor da inovação e reforça o sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial; Cabe ao DURP L (6.ª CEOPPH - em conexão)
25. Outros assuntos.

---

1. Aprovação das atas n.º 64 a 67;

Não havendo pedidos de palavra sobre este ponto, o Senhor Presidente colocou as atas supracitadas a votação, tendo sido aprovadas por unanimidade, na ausência da IL, PAN e L.

2. Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 380/XV/1.ª \(PSD\)](#) – Revisão do Regime SIFIDE II para eliminação de abusos e incentivo ao verdadeiro investimento para investigação, desenvolvimento, inovação tecnológica e transição energética; Relator: Deputado Carlos Pereira (PS)

O Senhor Deputado Carlos Pereira (PS) apresentou o parecer do qual foi autor. O Senhor Deputado Hugo Carneiro (PSD) usou da palavra para agradecer a elaboração do parecer, estando fiel ao conteúdo do diploma em questão, assim como afirmou que o seu voto seria favorável.



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 69/XV/ 1.ª SL

Não se verificando mais pedidos de palavra, o Senhor Presidente colocou o parecer à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, na ausência da IL, PAN e L.

- 3. Discussão e votação do parecer da [Proposta de Lei n.º 35/XV/1.ª \(GOV\)](#) –  
Altera o regime de um conjunto de benefícios fiscais;  
Relatora: Deputada Carla Castro (IL)**

O Senhor Presidente determinou o adiamento deste ponto, devido à impossibilidade de comparência da Senhora Deputada Relatora.

- 4. Apreciação da Nota de Admissibilidade e nomeação de relator da [Petição n.º 73/XV/1.ª](#) — Por um Estatuto de Benefícios Fiscais Laico;  
Cabe ao GP PS**

O Senhor Presidente indagou se algum dos Senhores Deputados se pretenderia pronunciar sobre o conteúdo da petição. Não havendo nenhum pedido de palavra sobre a matéria, foi a sua admissibilidade colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade, na ausência da IL, PAN e L. Estando admitida, o Senhor Presidente informou que seria obrigatória a constituição de relator, em conformidade com o apontado na nota de admissibilidade, cabendo ao PS a sua nomeação.

O Senhor Deputado Miguel Cabrita afirmou que o relator seria designado ao longo do dia, assim como os demais pontos da reunião para os quais o GP PS fosse responsável para efeitos de nomeações.

Neste momento, o Senhor Presidente lembrou que vários projetos constantes da ordem do dia estariam agendados para dia 6 de janeiro, pelo que os pareceres teriam de ser discutidos e aprovados previamente, já com a respetiva designação de relator concluída, agendando uma reunião para o dia seguinte, 5 de janeiro, para o referido.

- 5. Designação de relator do parecer do Projeto de Lei n.º 422/XV/1.ª (BE) –  
Elimina os benefícios fiscais atribuídos no âmbito do SIFIDE a fundos de**



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 69/XV/ 1.ª SL

investimento e contribuições para fundos de investimento e capital de risco, ou na aquisição de participações sociais;

**Cabe ao GP PSD**

**(6.ª CEOPPH - em conexão)**

O Senhor Deputado Hugo Carneiro (PSD) declarou que, não sendo dispensado parecer, seria o relator designado até ao final do dia.

6. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 424/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Cria incentivos ao investimento empresarial na sustentabilidade ambiental, procedendo à alteração do Código Fiscal do Investimento e do Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de janeiro;

**Cabe ao GP PS**

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) afirmou que o relator seria designado até ao final do dia.

7. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 431/XV/1.ª \(PCP\)](#) – Extingue o SIFIDE e atribui os respetivos recursos financeiros a políticas de investigação e desenvolvimento (I&D), procedendo à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro;

**Cabe ao GP PSD**

O Senhor Deputado Hugo Carneiro (PSD) afirmou que o relator seria designado até ao final do dia.



**Comissão de Orçamento e Finanças**

**ATA NÚMERO 69/XV/ 1.ª SL**

8. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 434/XV/1.ª \(PAN\)](#) –  
Procede à criação de mecanismos de transparência relativamente às taxas  
cobradas no âmbito estadual e das autarquias locais, e assegura a  
avaliação técnica independente das contrapartidas associadas à cobrança  
de cada uma das taxas existentes no âmbito estadual;  
Cabe ao GP PS  
(13.ª CAPOTPL em conexão)

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) afirmou que o relator seria designado até ao final do dia.

9. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 435/XV/1.ª \(CH\)](#) –  
Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 9/2021, de 29 de janeiro (Aprova o  
Regime Jurídico das Contraordenações Económicas), densificando o  
regime de recolha de meios de prova;  
Cabe ao GP PS  
(1.ª CACDLG em conexão)

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) afirmou que o relator seria designado até ao final do dia.

10. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 436/XV/1.ª \(CH\)](#) –  
Isenta de IVA os bens alimentares essenciais;  
Cabe ao GP PSD

O Senhor Deputado Hugo Carneiro (PSD) afirmou que o relator seria designado até ao final do dia.





## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 69/XV/ 1.ª SL

11. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 449/XV/1.ª \(BE\)](#) –  
Estabelece a amnistia pelo incumprimento de pagamento de taxas de portagens;  
Cabe ao GP CH

O Senhor Deputado Rui Afonso (CH) declarou que iria ser ele próprio o relator do parecer da iniciativa supramencionada.

12. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 415/XV/1.ª \(PAN\)](#) –  
Aprova um regime excecional de endividamento municipal aplicável às despesas destinadas a fazer face aos prejuízos causados pelas situações de cheia ocorridas em dezembro de 2022;  
Cabe ao GP PS  
(13.ª CAPOTPL em conexão)

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) afirmou que o relator seria designado até ao final do dia.

13. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 439/XV/1.ª \(CH\)](#) –  
Altera o Código Fiscal do Investimento, procedendo à revisão do sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial;  
Cabe ao GP PS

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) afirmou que o relator seria designado até ao final do dia.

14. Deliberação sobre emissão de parecer do [Projeto de Lei n.º 427/XV/1.ª \(IL\)](#) –  
Altera o valor das coimas aplicáveis por contraordenações relacionadas às transgressões ocorridas em matéria de infraestruturas rodoviárias onde seja devido o pagamento de taxas de portagens (Nona alteração à Lei n.º 25/2006, de 30 de junho, que aprova o regime sancionatório aplicável às



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 69/XV/ 1.ª SL

**transgressões ocorridas em matéria de infraestruturas rodoviárias onde  
seja devido o pagamento de taxas de portagem);  
Cabe ao GP PSD  
(6.ª CEOPPH - Comissão competente)**

O Senhor Presidente recordou que era CEOPPH competente para a elaboração de parecer sobre a iniciativa referida, pelo que a COF só emitiria um da sua autoria no caso de ser deliberado nesse sentido, dando a palavra ao GP PSD.

Uma vez que a CEOPPH já ia elaborar parecer, o Senhor Deputado Hugo Carneiro (PSD) indagou se este poderia ser dispensado do lado da COF.

Não havendo nenhuma oposição neste sentido, foi deliberada a não emissão de parecer.

**15. Deliberação sobre emissão de parecer do [Projeto de Lei n.º 443/XV/1.ª \(L\)](#) –  
Introduz medidas promotoras de transparência na informação pré-  
contratual relativa à comercialização à distância de serviços financeiros;  
Cabe ao GP PCP  
(6.ª CEOPPH - Comissão competente)**

À semelhança do ponto anterior, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao GP PCP para se pronunciar sobre a eventual emissão de parecer.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) defendeu haver interesse e utilidade na elaboração do mesmo, tratando-se de serviços financeiros, disponibilizando-se para ser o respetivo relator.



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 69/XV/ 1.ª SL

16. Deliberação sobre emissão de parecer do [Projeto de Lei n.º 450/XV/1.ª \(BE\)](#)  
– Altera a competência para a instrução de processos relativos ao não pagamento de taxas de portagem (décima alteração da Lei n.º 25/2006, de 30 de junho, que aprova o regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de infraestruturas rodoviárias onde seja devido o pagamento de taxas de portagem);  
Cabe ao DURP PAN  
(6.ª CEOPPH - Comissão competente)

À semelhança do ponto anterior, o Senhor Presidente concedeu a palavra à Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN) para se pronunciar sobre a eventual emissão de parecer.

A Senhora Deputada afirmou que o parecer estaria a ser ultimado, pelo que, assim que terminado, seria levado à Comissão, sendo a relatora do mesmo.

17. Deliberação sobre emissão de parecer do [Projeto de Lei n.º 452/XV/1.ª \(PCP\)](#) – Regime extraordinário de proteção da habitação própria face ao aumento dos encargos com o crédito à habitação;  
Cabe ao GP do BE  
(6.ª CEOPPH - Comissão competente)

À semelhança do ponto anterior, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao GP BE para se pronunciar sobre a eventual emissão de parecer, reconhecendo a pertinência do tema para a COF.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) questionou se lhe caberia a decisão de elaborar parecer sobre a iniciativa em questão, afirmando que iria desenvolvê-lo.

18. Deliberação sobre escrutínio de iniciativa europeia [COM\(2022\)721](#) – Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo às taxas e aos emolumentos cobrados pela Agência



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 69/XV/ 1.ª SL

**Europeia de Medicamentos, que altera o Regulamento (UE) 2017/745 do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga o Regulamento (CE) n.º 297/95 do Conselho e o Regulamento (UE) n.º 658/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho;**

**Cabe ao GP PS**

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) afirmou que o relator seria designado até ao final do dia.

**19. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP do CH para audição urgente, conjunta da 5.ª e 6.ª Comissão, do Ministro das Finanças, Fernando Medina, do Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Pedro Nuno Santos, da Secretária de Estado do Tesouro, Alexandra Reis e da CEO da TAP, Christine Widener;**

Este ponto foi discutido e votado *infra* em conjunto com os pontos 20, 21 e 22, no ponto 22.

**20. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP do BE para audição urgente da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e do Senhor Ministro das Finanças;**

Este ponto foi discutido e votado *infra* em conjunto com os pontos 19, 21 e 22, no ponto 22.

**21. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP do PSD para audição urgente, conjunta da 5.ª e 6.ª Comissão, da ex-administradora da TAP e ainda Secretária de Estado do Tesouro, Alexandra Reis, da Presidente da Comissão Executiva da TAP, Christine Ourmières-Widener, do Presidente do Conselho de Administração da TAP, Manuel Beja, do Ministro das Infraestruturas e Habitação, Pedro Nuno Santos e do Ministro das Finanças, Fernando Medina;**



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 69/XV/ 1.ª SL

Este ponto foi discutido e votado *infra* em conjunto com os pontos 19, 20 e 22, no ponto 22.

#### **22. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP do PCP para audição urgente, conjunta com 6.ª Comissão, do Ministro das Finanças;**

O Senhor Presidente questionou se os pontos 19, 20, 21 e 22 poderiam ser discutidos em conjunto, atendendo à conexão da matéria, salvaguardando as respetivas votações, que seriam em separado, ao que não houve oposição por parte dos Senhores Deputados presentes.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) tomou a palavra para sugerir que deveria ser decidido, antes da discussão dos requerimentos, quais as entidades que seriam suscetíveis de serem ouvidas pela COF, atendendo à sua competência.

O Senhor Presidente concretizou o referido, afirmando que a COF iria discutir e votar a eventual audição do Ministro das Finanças e da Secretária de Estado do Tesouro, sendo as demais entidades ouvidas na CEOPPH, se fosse assim deliberado. Neste contexto, declarou ainda que a audição da Secretária de Estado do Tesouro tinha perdido utilidade, face aos eventos entretanto ocorridos, pois a respetiva titular houvera perdido essa qualidade.

Ato contínuo, o Senhor Presidente deu a palavra ao GP do CH, cumprindo a ordem de entrada dos requerimentos.

Tomou a palavra o Senhor Deputado Rui Afonso (CH), que começou por afirmar que demissões não deveriam estancar os processos de controlo, por estarem em causa situações passíveis de minar a credibilidade da Assembleia da República e do Governo, e por isso, considerou que deveria haver escrutínio por parte da primeira, por fazer parte das suas funções e de maneira a mostrar aos eleitores que o Parlamento está a cumprir o seu dever. Enquadrou ainda a situação da TAP, como uma empresa, segundo o seu parecer, ainda em dificuldades e intervencionada. Mais defendeu que a presente situação não seria resolvida com meras demissões, sendo necessário saber exatamente o que se passou, para garantir a transparência dos procedimentos.



## **Comissão de Orçamento e Finanças**

### **ATA NÚMERO 69/XV/ 1.ª SL**

De seguida, usou da palavra a Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE), que afirmou que não teceria considerações sobre este processo, frisando que requereu na CEOPPH a audição da CEO da TAP e do Ministro das Infraestruturas, tendo requerido na COF a audição do Ministro das Finanças e da ainda Secretária de Estado do Tesouro, defendendo a prestação de esclarecimentos da última, mesmo tendo deixado de ser titular daquela posição. Adiantou ainda que gostaria de chegar à parte da intervenção do PS, para saber se, como na CEOPPH, afirmou, rejeitaria o escrutínio da Assembleia da República.

Ato contínuo, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Hugo Carneiro (PSD), que defendeu a existência de situações não esclarecidas, apesar das substituições entretanto operadas e em curso. Asseverou estar em causa uma empresa pública, na qual houveram sido injetados dinheiros públicos e houvera sido determinada uma indemnização de 500.000 euros. Entendeu também existirem acordos confidenciais feitos por escritórios de advogados e não pelos serviços jurídicos da TAP, assim como dúvidas nos critérios de escolha dos gestores públicos, sublinhando que não compreendia as ilações do Senhor Ministro das Infraestruturas, assim como afirmou que o Ministro das Finanças não poderia eximir-se de vir ao Parlamento esclarecer o que deveria ser esclarecido. Afiançou que o seu GP estava chocado com a rejeição das audições propostas na CEOPPH, apelando a que o GP PS tomasse um sentido de voto diferenciado na COF; caso contrário, defendeu, o PS estaria a esconder-se atrás da sua maioria, gerindo os dinheiros públicos e a escolha de gestores públicos de forma arbitrária. Concluiu a intervenção, sublinhando que a audição do Ministro das Finanças seria essencial para o apuramento dos factos.

Foi concedida a palavra ao Senhor Deputado Duarte Alves (PCP), que começou por afirmar que o requerimento apresentado pelo seu GP expressaria a respetiva posição relativamente a tudo o que houvera acontecido e o contraste de tratamento entre os trabalhadores da TAP e quem executou uma política prejudicial aos mesmos, estando em causa uma indemnização inaceitável. Reafirmou a necessidade de a Assembleia da República escrutinar a ação do Governo e considerou que não seria necessário esperar pelo resultado da inspeção da IGF para a Comissão ouvir o Ministro das Finanças. Sublinhou que era preciso saber se o Governo sabia das condições pelas quais a Secretária de Estado do Tesouro houvera saído da TAP, ou se não sabia. Apelou a que



## **Comissão de Orçamento e Finanças**

### **ATA NÚMERO 69/XV/ 1.ª SL**

o PS não se refugiava atrás de argumentos e aprovasse o requerimento do GP PCP para o Ministro das Finanças prestar esclarecimentos sobre a forma de como tinha sido feita a nomeação para a secretaria de estado em questão e que conhecimento tinha da situação prévia subjacente à saída da titular da TAP, pretendendo um resultado diferente do verificado na CEOPPH.

Neste ponto, já tendo sido os requerimentos apresentados pelos proponentes, foi atribuída a palavra ao Senhor Deputado Rui Tavares (L), que afirmou que não iria esgrimir argumentos já invocados e com os quais concordava completamente, frisando que havia uma diferença gritante entre trabalhadores e gestores no sector empresarial do Estado, mais asseverando que este caso houvera despertado uma atenção na opinião pública que a Assembleia da República não poderia ignorar. Terminou a intervenção, ao defender que a credibilidade das instituições ficaria mais afetada se não fossem realizadas as audições do que qualquer facto advindo das mesmas, instando os GP a aprovarem os requerimentos.

Neste momento, tomou a palavra o Senhor Deputado Carlos Pereira (PS), que introduziu o tema declarando que o presente debate já houvera ocorrido na CEOPPH, também garantindo que compreendia os requerimentos apresentados, no sentido de esclarecer e escrutinar a situação em causa. Não obstante, afirmou que o escrutínio já estava a ser feito, já havendo até informações que não estavam disponíveis no início do processo. Também lembrou que houvera sido apresentada uma moção de censura e que iria ser realizado um debate de urgência precisamente com base nas presentes circunstâncias. Foi também contra-argumentado o que tinha sido referido pelo Senhor Deputado Duarte Alves (PCP), declarando que seriam precisas mais informações, em especial no que o Ministro das Finanças tinha conhecimento. Asseverou que se estava num contexto diferente daquele verificado à data do conhecimento desta situação, tendo havido consequência políticas, com a demissão de um ministro e de um secretário de Estado, estando o assunto a ser tratado com cuidado. Adicionalmente, considerou que novas informações seriam essenciais para o desenrolar deste caso, tendo sido já emitido um despacho a solicitar informações adicionais à IGF, para que pudesse existir um debate sério, responsável e com potenciais consequências. Reconheceu também que poderia ser adequada, após um relatório completo por parte da IGF, a audição de



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 69/XV/ 1.ª SL

mais entidades, comprometendo-se a não fugir de qualquer avaliação, em especial frente a novos dados.

Após as referidas intervenções, o Senhor Presidente colocou os requerimentos *sub judice* a votação, no tocante à audição do Ministro das Finanças e da Secretária de Estado do Tesouro, de forma conjunta, excetuando, na parte a que respeita à segunda entidade, o requerimento do PCP, por só se reportar ao Ministro das Finanças, tendo os requerimentos sido rejeitados com os votos contra do PS e os votos a favor do PSD, CH, PCP, BE e L, na ausência da IL e PAN.

Após a votação, tomou a palavra o Senhor Deputado Hugo carneiro (PSD), que manifestou a vontade do seu GP em transformar o seu requerimento de audição num requerimento potestativo do PSD, à luz do n.º 3 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República, afirmando que, dessa forma, se poderiam obter os esclarecimentos que a maioria absoluta, no seu entender, não queria permitir.

O Senhor Presidente declarou que, nos termos do preceito citado, as entidades referidas na alínea b) do n.º 2 do artigo 102.º poderiam ser ouvidas potestativamente, solicitando a formalização posterior do exercício desse direito, mais confirmando que não estava sujeito a discussão ou votação.

**23. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 418/XV/1.ª \(PAN\)](#) –  
Possibilita a aplicação de IVA Zero à aquisição de bens alimentares  
essenciais durante o ano de 2023;  
Cabe ao GP PS**

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) afirmou que o relator seria designado até ao final do dia.

**24. Designação de relator do parecer da [Proposta de Lei n.º 56/XV/1.ª \(GOV\)](#) –  
Estabelece o regime aplicável às start-ups e scaleups, altera o regime de  
tributação dos planos de opções para trabalhadores de start-ups e**





## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 69/XV/ 1.ª SL

**empresas do setor da inovação e reforça o sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial; Cabe ao DURP L (6.ª CEOPPH - em conexão)**

O Senhor Deputado Rui Tavares (L) declarou que iria ser ele próprio o relator do parecer da iniciativa supramencionada.

#### **25. Outros assuntos.**

O Senhor Presidente referiu a existência de um lapso manifesto na Lei que aprova o Orçamento do Estado para 2023, na parte dos mapas, por não corresponder ao que tinha sido efetivamente aprovado, mais afirmando de que seria corrigido oficiosamente pelos Serviços.

Felicitou também o Senhor Deputado Hugo Pires (PS), relator da Petição n.º 23/XV/1.ª, pela nomeação para a Secretaria de Estado do Ambiente, salientando que, com esta mudança de funções, seria necessário nomear outro relator, especialmente atendendo a que a mencionada petição estava agendada para a próxima reunião ordinária.

Por fim, o Senhor Presidente recordou os agendamentos da presente semana e das semanas seguintes, de maneira a encontrar disponibilidade para a audição do Ministro das Finanças, desencadeada pelo requerimento potestativo do GP PSD.

O Senhor Deputado Hugo Carneiro (PSD) sublinhou que a CEOPPH deveria ser convidada para a audição em causa, partindo o requerimento potestativo desse pressuposto, ao que o Senhor Presidente assentiu, desejando um bom ano a todos os Senhores Deputados presentes, encerrando a reunião.



**Comissão de Orçamento e Finanças**

**ATA NÚMERO 69/XV/ 1.ª SL**

A reunião foi gravada, constituindo a [gravação](#) parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A reunião foi encerrada às 11:54 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 04 de janeiro 2023.

  
**O PRESIDENTE**  
**(FILIPE NETO BRANDÃO)**



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 69/XV/ 1.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)  
Carlos Brás (PS)  
Carlos Pereira (PS)  
Filipe Neto Brandão (PS)  
Ivan Gonçalves (PS)  
Jamila Madeira (PS)  
Miguel Cabrita (PS)  
Miguel Matos (PS)  
Pedro Anastácio (PS)  
Sérgio Ávila (PS)  
Vera Braz (PS)  
Alexandre Simões (PSD)  
Artur Soveral Andrade (PSD)  
Duarte Pacheco (PSD)  
Hugo Carneiro (PSD)  
João Barbosa De Melo (PSD)  
Jorge Paulo Oliveira (PSD)  
Patrícia Dantas (PSD)  
Rui Vilar (PSD)  
Rui Afonso (CH)  
Duarte Alves (PCP)  
Mariana Mortágua (BE)  
Inês De Sousa Real (PAN)  
Rui Tavares (L)  
Miguel Iglésias (PS)  
Isaura Morais (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

---



**Comissão de Orçamento e Finanças**

**ATA NÚMERO 69/XV/ 1.ª SL**

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Hugo Costa (PS)

Carla Castro (IL)